



GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ata da X Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

*Brasília/DF.
19 de Junho de 2013.*

Empresa ProixL Estenotipia

ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Auditório do Anexo
2 I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a X Reunião Ordinária do
3 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de
4 assessoramento da Presidenta da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de
5 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de
6 setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de
7 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta: Manhã: 1. Aprovação da pauta,
8 da ata da IX Plenária e informes – Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do
9 CONSEA – 9h às 9h30. 2. O Processo de Construção do Sistema Nacional de
10 Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN: Avanços e Desafios –9h30 às 12h30. 2.1.
11 Apresentação da Pesquisa da ABRANDH sobre o Sistema Nacional de Segurança
12 Alimentar e Nutricional – Marília Leão, Conselheira Nacional representante da
13 Sociedade Civil – 9h30 às 9h45; 2.2. Reflexões e Recomendações do CONSEA –
14 Edécio Vigna – Coordenador da Comissão Permanente do Sistema e da Política
15 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CP1) – 9h45 às 10h; 2.3. Exposição
16 da Ministra Tereza Campello – Secretária Geral do CONSEA, Presidenta da Câmara
17 Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e Ministra de Estado do
18 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 10h às 10h15; 2.4 Apresentação de
19 Experiência Estadual relativa ao Processo de Construção do Sistema Nacional de
20 Segurança Alimentar e Nutricional – Regina Praciano, Gerente da Célula de
21 Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN) no Estado do Ceará – 10h15 às 10h30;
22 2.5. A Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos
23 estados/DF sob a ótica da sociedade Civil – Norma Sueli Marques da Costa Alberto,
24 Coordenadora da Comissão de Presidentes/as de Conselhos Estaduais/Distrital de
25 SAN (CPCE) do CONSEA – 10h30 às 10h45; 2.6. O Papel da Câmara Interministerial
26 de Segurança Alimentar e Nutricional no processo de Construção do Sistema
27 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Efetivação da Política Nacional de
28 Segurança Alimentar e Nutricional - Arnaldo Anacleto de Campos – Secretário
29 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Secretário Executivo da CAISAN –
30 10h45 às 11h; 2.7. Debate e encaminhamentos – 11h às 12h30. 3. Apresentação da
31 Estrutura e do Plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e
32 Nutricional – Arnaldo Anacleto de Campos – Secretário Nacional de Segurança
33 Alimentar e Nutricional e Secretário Executivo da CAISAN – 12h30 às 13h. Tarde: 4.
34 Celebração do 20º Aniversário da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela
35 Vida – 14h às 14h30. 5. Leitura e Aprovação da Exposição de Motivos sobre
36 Agrotóxico – Silvia do Amaral Rigon – Representante da Comissão Permanente de
37 Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável (CP3)– 14h30 às
38 15h15. 6. Leitura e Aprovação do Roteiro de Orientação para os encontros
39 estaduais/Distrital preparatórios para a 4ª Conferência Nacional de Segurança
40 Alimentar + 2 – Gleyse Peiter – Conselheira Nacional integrante da Comissão
41 Organizadora da 4ª CNSAN+2 – 15h15 às 16h. 7. Aprovação de propostas de
42 Exposições de Motivos e/ou Recomendações das Comissões Permanentes, dos
43 Grupos de Trabalho e da Comissão de Presidentes(as) dos CONSEAs
44 Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias – 16h às 17h. 8.
45 Encerramento – 17h. Dando início aos trabalhos do dia, a Presidente do CONSEA
46 Nacional, Maria Emília Lisboa Pacheco, deu boas-vindas aos presentes, e em seguida

47 deu andamento à apresentação do Item 1. Aprovação da pauta, da ata da IX Plenária
48 e informes, colocando em análise a pauta desta Sessão e ata da anterior, que foram
49 aprovadas conforme apresentadas. 1) Em seguida, a Presidente do CONSEA
50 Nacional apresentou os Informes da Presidência, iniciando pelos agradecimentos ao
51 Ministério de Relações Exteriores, por tê-la agraciado com a insígnia de
52 Comendadora da Ordem do Rio Branco. Medalha esta que dedicada todos os(as)
53 Conselheiros(as) do CONSEA. A Presidente do CONSEA entendeu que a medalha foi
54 entregue a ela apenas de modo simbólico, pois a medalha demonstra o
55 reconhecimento ao importantíssimo papel que o CONSEA exerce na sociedade
56 brasileira junto ao Governo. 2) Também Maria Emília informou que, em reunião com
57 os Movimentos Sociais, escutou a justa reivindicação dos povos indígenas para que
58 sejam recebidos pela Presidenta Dilma. Assim, Maria Emília assumiu em Plenária o
59 compromisso de enviar à Presidenta da República uma carta reiterando a solicitação
60 para que as etnias representadas no CONSEA sejam recebidas pela Presidenta. 3)
61 Em seguida, fez-se um minuto de silêncio pela morte do indígena Oziel Gabriel, da
62 etnia Terena, da terra indígena Buriti, da região Sidrolândia, no Estado do Mato
63 Grosso do Sul, que foi morto em conflitos por terra naquela região. 4) Seguindo, foi
64 franqueada a palavra ao Conselheiro Renato Sérgio Jamil Maluf, que deu informes
65 sobre o 7º Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança
66 Alimentar e Nutricional, realizado em Porto Alegre, ressaltando a representatividade
67 da sociedade brasileira no evento, que contou com a presença de 130 pessoas.
68 Também o Conselheiro mencionou a escolha feliz do tema do Encontro: *‘Que*
69 *alimentos estamos comendo ou não estamos comendo?’*; e a importância da
70 discussão e disputa em torno do sentido da qualidade dos alimentos e a forte
71 referência à questão indígena, representada naquele evento. 5) Em seguida, foram
72 distribuídos exemplares do livro publicado pela ABRANDH, e apoiado pelo MDS. O
73 livro é o resultado de uma experiência frutífera de formação sobre o Sistema Nacional
74 de Segurança Alimentar e Nutricional. 6) A Presidente do CONSEA agradeceu a
75 presença, nesta Plenária, da delegação do Governo do Egito, que veio ao Brasil
76 conhecer a experiência brasileira sobre SAN. 7) Maria Emília informou sobre a
77 realização da Mesa de Controvérsias sobre Transgênicos, a ser realizada nos dias 11
78 e 12 de julho de 2013, em Brasília. 8) Informou também que foi realizada uma reunião
79 entre ela e os representantes dos movimentos sociais, durante a qual foi reafirmada a
80 importância do papel do CONSEA no âmbito em que atua. 9) Em seguida, o
81 Conselheiro Pedro Makumbundu Kitoko fez uso da palavra para comunicar a morte de
82 Luciano, um menino de 52 dias de idade, cuja mãe e mais cerca de mais 15 membros
83 da família são analfabetos, moradores do Município de Pancas, norte do Espírito
84 Santo. Aquela família foi identificada em 2011 como pessoas em extrema pobreza,
85 cujos órgãos públicos não tiveram capacidade de cuidar. A criança faleceu porque a
86 mãe não tinha condições de amamentar e não encontrou ninguém que a orientasse. A
87 criança foi observada por médicos pediatras, enfermeiros e assistentes sociais, mas a
88 mãe não recebeu orientação suficiente, e a criança morreu por falta de aleitamento
89 materno. Situação que o Conselheiro considera como uma contradição, pois o Brasil é
90 destaque no mundo na área de aleitamento materno e tem a maior rede de banco de
91 leite humano depois da China. Por isso, o Conselheiro considera que o CONSEA
92 precisa discutir profundamente a questão do aleitamento materno no Brasil. Em
93 seguida, o Conselheiro informou que participou de um simpósio sobre Segurança
94 Alimentar e Nutricional no Congo/África, onde ficou sabendo de uma denúncia que
95 empresas brasileiras estão comprando terras naquele país, prejudicando a agricultura

96 camponesa daquela região. 10) O próximo a se manifestar foi o Conselheiro Selvino
97 Heck, informando que no dia 7 de junho de 2013, em uma reunião da Câmara
98 Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica foi aprovado o Plano Nacional
99 de Agroecologia e Produção Orgânica. O lançamento do Plano será feito na Serra da
100 Borborema/Paraíba. Composição da 1º Mesa: Arnaldo Anacleto de Campos –
101 Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Secretário Executivo da
102 CAISAN Marília Leão, Conselheira Nacional representante da Sociedade Civil; Elza
103 Maria Franco Braga, Especialista/Pesquisadora da UFCE; Regina Praciano, Gerente
104 da Célula de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN) no Estado do Ceará; Norma
105 Sueli Marques da Costa Alberto, Coordenadora da Comissão de Presidentes/as de
106 Conselhos Estaduais/Distrital de SAN (CPCE) do CONSEA; Ministra Tereza Campello
107 – Secretária Geral do CONSEA, Presidenta da Câmara Interministerial de Segurança
108 Alimentar e Nutricional e Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à
109 Fome. Encerrados os Informes da Presidência, foi chamado a tratamento o Item 2. O
110 Processo de Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -
111 SISAN: Avanços e Desafios, que iniciou após os agradecimentos da Presidente do
112 CONSEA aos integrantes do CONSEA Nacional que se dedicaram à sistematização
113 deste ponto de pauta. Deu-se início aos trabalhos pelo Item 2.1. Apresentação da
114 Pesquisa da ABRANDH sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
115 Nutricional – Marília Leão, Conselheira Nacional representante da Sociedade Civil,
116 informando que a referida pesquisa é fruto de uma parceria entre Ação Brasileira pela
117 Nutrição e Direitos Humanos e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
118 Fome. A pesquisa foi realizada através de cursos de formação e oficinas. Foram feitas
119 entrevistas com os representantes da Sociedade Civil e membros do Governo. O
120 objetivo do trabalho foi conhecer a realidade da implementação do Sistema Nacional
121 de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no País e como seus gestores e
122 Sociedade Civil nele envolvido o percebem. Apesar de a pesquisa conter dados
123 quantitativos e qualitativos, foram tratados nesta apresentação apenas os dados
124 qualitativos. Foram entrevistadas, nos Estados, 108 pessoas, sendo 52 gestores de
125 Governo e 56 atores da Sociedade Civil, na sua maioria Conselheiros dos CONSEAs
126 Estaduais. Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro de assuntos a
127 serem tratados. Marília Leão informou que as informações foram coletadas há um ano
128 e, portanto, algumas podem estar alteradas, mas os dados apresentados foram
129 atualizados ao máximo possível, até outubro de 2012. Os dados coletados foram
130 gravados, degravados e depois utilizado-se um *software* de análise lexical foi possível
131 encontrar qual o discurso mais comum em todas as falas e quais assuntos mais
132 coincidentes entre as pessoas entrevistadas. Um dos principais desafios apontados
133 pelos entrevistados foi a implementação do SISAN. Partindo para a conclusão da
134 pesquisa, observou-se que a percepção da Sociedade Civil e dos gestores é que o
135 SISAN é um sistema que orienta os Estados e garante direitos, apesar da dificuldade
136 em compreenderem a implementação desse Sistema. Foi observado nas entrevistas
137 que a garantia do direito à alimentação é um processo de luta histórica, lenta e
138 gradual e vista de diferentes modos pelos entrevistados. Também foi muito citada a
139 elaboração de planos estaduais como uma coisa desafiadora e esperançosa de que
140 isso ajude a organizar as questões de Segurança Alimentar. Por fim, percebeu-se que
141 o desenho do Sistema está dado e o processo de implementação está em construção,
142 e apenas a política aguarda uma melhor gestão das suas interfaces e sinergias. A
143 Sociedade Civil se sente apta a participar, mas fica claro que precisa de mais apoio
144 institucional e político para tal. Em seguida, passou-se ao próximo Item 2.2. Reflexões

145 e Recomendações do CONSEA – Edécio Vigna – Coordenador da Comissão
146 Permanente do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
147 (CP1), representado pela Conselheira Elza Maria Franco Braga,
148 Especialista/Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará - UFCE, que ao fazer
149 uso da palavra esclareceu que a apresentação feita por ela foi uma sistematização
150 realizada por várias instâncias. Considerou-se que o texto da Câmara Intersectorial de
151 Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN sobre o SISAN é problematizador e traz
152 uma série de reflexões sobre o Sistema, como seus desafios e gargalos, dificuldades
153 de participação social nos Estados, contradições das ações governamentais e
154 dificuldades de intersectorialidade. Assim, a Conselheira seguiu fazendo a leitura do
155 documento, apresentando dificuldades e desafios sobre a implementação do Sistema
156 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, seus objetivos e diretrizes e demais
157 ações consideradas necessárias ao tema, destacando povos indígenas e povos e
158 comunidades tradicionais e questões de gênero. O próximo a ser tratado foi o Item
159 2.3. Exposição da Ministra Tereza Campello – Secretária Geral do CONSEA,
160 Presidente da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e Ministra
161 de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que começou sua fala
162 cumprimentando os presentes e dizendo da alegria de estar neste evento e
163 reafirmando o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
164 Fome - MDS e Governo com a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional. A
165 Ministra lembrou-se dos avanços e construções do Conselho Nacional de Segurança
166 Alimentar e Nutricional e Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ao
167 longo de seus 10 anos, destacando a parte normativa que organiza a agenda da
168 Segurança Alimentar e Nutricional, o Sistema de SAN e a representação da
169 Sociedade Civil. Uma conquista deste CONSEA, mencionada pela Ministra, foi a
170 organização, na maioria dos Estados, de Conselhos, sendo estes o principal locus de
171 organização da sociedade. Outro avanço é a construção de políticas públicas que têm
172 impacto direto na Segurança Alimentar, a exemplo do Programa de Aquisição de
173 Alimentos. Segundo a palestrante, uma importante vitória do Governo é a
174 universalização da água, através da produção de cisternas via tecnologias sociais e
175 ações estratégicas na área de abastecimento, com créditos diferenciados para a
176 agricultura familiar direcionada à produção de alimentos. A Ministra concluiu sua fala
177 mencionando a importância do SISAN e das diversas Políticas de SAN, inclusive da
178 importância da agenda de alimentação animal, pois tem impacto direto na Segurança
179 Alimentar para o povo pobre brasileiro, principalmente o povo do Nordeste do Brasil.
180 Em seguida foi chamado a tratamento o Item 2.4 Apresentação de Experiência
181 Estadual relativa ao Processo de Construção do Sistema Nacional de Segurança
182 Alimentar e Nutricional – Regina Praciano, Gerente da Célula de Segurança Alimentar
183 e Nutricional (CSAN) no Estado do Ceará, fazendo uma exposição sobre a
184 experiência do CONSEA Ceará no que concerne ao SISAN, seus avanços e desafios.
185 Regina informou que o Estado do Ceará realizou oficinas e ações orçamentárias de
186 apoio à implantação e gestão do SISAN, assim como a elaboração do Regimento
187 Interno e da Política Nacional de SAN. Política esta que define diretrizes e estabelece
188 parâmetros para a elaboração do 1º PLANLAN. Também foram realizadas seis
189 oficinas regionais e reuniões com as CAISAN'S Estaduais. A Conselheira esclareceu
190 que o tema prioritário do Estado do Ceará são as compras institucionais. Quanto à
191 questão dos marcos regulatórios, a oradora entende ser um avanço no Estado, mas
192 considera que é preciso avançar na questão política e operacional. Também informou
193 que dos 184 municípios cearenses, dos quais oito têm LOSAN's criadas, 92 estão

194 com seus Conselhos Municipais criados, e 20 Conselhos estão em fase de
195 implantação e dois Municípios têm CAISAN's Municipais criadas. A CAISAN do Ceará
196 é formada por 12 Secretarias, e mais quatro órgãos envolvidos. Quanto ao SISAN, a
197 equipe do Ceará, apesar de ser pequena, está disponível para assessorar os
198 Municípios que queiram aderir ao Sistema. A Conselheira seguiu falando das razões
199 de por que aderir ao SISAN, mencionando sua operacionalização e como se deu a
200 construção do monitoramento do Sistema, explicitando as responsabilidades dos
201 órgãos públicos, mecanismos de integração com outros sistemas setoriais, orçamento
202 para a execução das prioridades e tantas outras diversas ações de interesse do
203 Sistema. A palestrante seguiu sua fala, agora tratando do CONSEA Ceará. E como
204 dificuldade para o funcionamento do Conselho, se referiu à participação dos membros
205 do mesmo nas reuniões, disponibilidade para viagens e infraestrutura. Como avanços
206 e possibilidades, o Conselho tem boa articulação com o Governo, assim como outros
207 itens importantes para o bom funcionamento do mesmo. Para conclusão de sua fala, a
208 Conselheira mencionou a implementação do SISAN no Estado do Ceará, informando
209 que foram trabalhados sete macrodesafios: Gestão e Articulação intersetorial,
210 pactuação federativa, exigibilidade, monitoramento e avaliação, financiamento do
211 PNSAN, adesão das entidades privadas, formação para SAN e participação e controle
212 social. Em seguida, foi apresentado o Item 2.5. A Construção do Sistema Nacional de
213 Segurança Alimentar e Nutricional nos estados/DF sob a ótica da sociedade Civil –
214 Norma Sueli Marques da Costa Alberto, Coordenadora da Comissão de
215 Presidentes/as de Conselhos Estaduais/Distrital de SAN (CPCE) do CONSEA, iniciou
216 sua fala informando que o produto a ser apresentado é fruto de discussões que a
217 CPCE fez nos dois dias que antecederam esta Plenária, quando contou com a
218 presença de 24 representações estaduais. Fato que a Conselheira atribui à
219 mobilização e apoio da Secretaria Executiva do CONSEA Nacional e CAISAN
220 Nacional. Os aspectos abordados pela Conselheira foram o status da Sociedade Civil
221 no SISAN, os avanços Sistema, obstáculos enfrentados, desafios e propostas. No que
222 tange ao status da Sociedade Civil, foi considerado como ponto importante o fato de a
223 Sociedade Civil estar inserida no Sistema antes mesmo da efetiva elaboração deste; a
224 representação nas Conferências; nos CONSEAs Estaduais e também estar
225 legalmente instituída dentro do CONSEA, através da Comissão de Presidentes de
226 CONSEAs Estaduais. Diante desses argumentos, considerou-se que a Sociedade
227 Civil tem um papel importantíssimo dentro do SISAN. A Conselheira reafirmou a
228 importância do respeito e cumprimento à Lei Orgânica da Segurança Alimentar e
229 Nutricional - LOSAN, decretos e demais marcos legais do SISAN que preveem a
230 composição nos CONSEAs Estaduais de dois terços da Sociedade Civil e um terço do
231 Poder Público. Composição esta que está sendo questionada em alguns Estados.
232 Quanto à Comissão de Presidentes propriamente dita, esta tem um importante papel
233 articulador entre as instâncias nacionais, municipais e estaduais, e também um
234 aglutinador de forças na construção do Sistema nessas instâncias. Como avanço do
235 Sistema de SAN também foi considerada a progressiva valorização das instâncias de
236 controle social, especialmente no que tange ao CONSEA Nacional, assim como
237 também as instâncias estaduais e municipais, estas ainda de forma mais tímida. A
238 Sociedade Civil, na fala da Conselheira, considera que a criação do SISAN
239 desencadeou um processo de revisão de gestão e coresponsabilidade em SAN.
240 Também foi considerado como avanço o desempenho da CAISAN Nacional, pois esta
241 vem praticando um exercício crescente e promissor de intersectorialidade com uma
242 visão e gestão sistêmica em âmbito nacional. Dos obstáculos apresentados, a

243 Conselheira destacou que a maioria dos Estados não tem a SAN como prioridade
244 política, o que gera uma série de entraves para a implementação da Política e dos
245 programas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional. Norma Sueli informou
246 que a questão de financiamento ainda é um problema, por isso reconheceu a
247 importância de o CONSEA Nacional finalizar o Plano de Lei de Financiamento, pois há
248 ausência ou muita invisibilidade da dotação orçamentária para área de SAN,
249 especialmente no controle social em alguns Estados. Outra dificuldade mencionada foi
250 a inexistência de um marco regulatório para a Sociedade Civil acessar os programas e
251 políticas de SAN. A relação fragilizada entre Governo e CONSEA nos Estados
252 também é outra circunstância crítica, assim como a dificuldade na execução do
253 Projeto de SISAN e execução das políticas nos Municípios. Como propostas para
254 melhoria do Sistema, destacou-se a intersectorialidade e a instituição de fato das
255 CAISAN's. A Conselheira seguiu destacando outros desafios, e reafirmando que a
256 CPCE defende a adesão e continuidade dos CONSEAs nos Municípios. A oradora
257 informou que a Comissão de Presidentes lamenta os casos de fome, especialmente,
258 causando mortes de crianças. Dessa forma, a Comissão tem discutindo a importância
259 de inserção de bancos de leites humanos como equipamentos de SAN. Para tratar do
260 tema, Conselheira solicitou que o assunto entre na pauta de trabalhos do CONSEA.
261 Concluindo sua fala, a Conselheira, em nome a Comissão de Presidentes,
262 reconheceu e apoiou a Carta do Fórum Brasileiro de Segurança, Soberania e
263 Segurança Alimentar e Nutricional, e recomendou que os Estados se apropriem do
264 conteúdo do documento e busquem estratégias de implementação ali previstas. A
265 Carta foi distribuída aos Presidentes de CONSEAs Estaduais. Em seguida, a
266 Conselheira solicitou das CAISANs Estaduais apoio à Sociedade Civil para o seu
267 importante trabalho dentro do Sistema. Suspendeu-se os trabalhos deste ponto de
268 pauta para o Conselheiro José de Ribamar de Araújo e Silva fazer uso da palavra e
269 registrar os avanços ocorridos nos 20 anos da Ação da Cidadania, momento em que a
270 Ministra Tereza Campello foi homenageada peço que representa no Ministério do
271 Desenvolvimento Social e Combate à Fome e na luta contra a fome e a favor da
272 conquista do Direito Humana à Alimentação Adequada. Em seguida, a Senhora
273 Gorete, gari, filha de empregada doméstica e pedreiro, estudante do terceiro período
274 do Curso de Letras, se manifestou para declamar uma poesia que ela mesma define
275 como resposta às pessoas que pensam que o gari não vale nada. Segundo ela, gari é
276 tão importante quanto médico, advogado ou qualquer que seja o profissional. Após a
277 declamação da poesia, a estudante foi aplaudida de pé. Seguindo os trabalhos, foi
278 apresentado o Item 2.6. O Papel da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
279 Nutricional no processo de Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar
280 e Nutricional e Efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -
281 Arnoldo Anacleto de Campos – Secretário Nacional de Segurança Alimentar e
282 Nutricional e Secretário Executivo da CAISAN, expondo o papel da CAISAN no
283 processo de construção do SISAN e Efetivação da Política Nacional de SAN,
284 considerando seus avanços, desafios e perspectivas. Aroldo de Campos apresentou
285 as ações desenvolvidas e os avanços alcançados desde a criação da CAISAN. Esta
286 que é composta por 20 Ministérios, tem conseguido um ativismo muito forte, com
287 quorum pleno em suas reuniões e pautas com debates aprofundados. O orador
288 seguiu falando da necessidade de as CAISANs e CONSEAs Estaduais aderirem ao
289 Sistema de SAN. Informou que em 19 Estados, os recursos para gestão do Sistema
290 Estadual já estão disponíveis. No mesmo sentido está havendo um esforço também
291 para a adesão dos Municípios ao Sistema, com elaboração de estratégias de acordo

292 com as especificidades de cada Município. Sobre o Plano de SAN, Arnaldo de
293 Campos esclareceu que são monitoradas as ações que compõem a matriz e sua
294 execução, sendo observada a evolução, no âmbito do Governo Federal, dos recursos
295 investidos em Segurança Alimentar e Nutricional. Pela importância que têm os
296 Conselhos, o Conselheiro conclamou os Ministérios que têm ações de Segurança
297 Alimentar a colocar em seus Conselhos papéis ativos na gestão, monitoramento e
298 fiscalização dos programas de SAN, estabelecendo prioridades comuns. Segundo
299 Arnaldo, o MDS vê o Sistema de SAN como um potencial vetor de implantação das
300 ações dos diversos programas de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como
301 para o Governo Federal é importante condicionar as políticas públicas à instalação e
302 funcionamento dos CONSEAs, que sem os quais é difícil o acesso aos programas de
303 SAN. O Conselheiro também falou da importância de destinar recursos públicos para
304 equipamentos como utensílios para creches e pré-escolas, em parceria com outros
305 Ministérios, possibilitando, dessa forma, alimentação saudável para as crianças
306 dessas unidades de ensino. Em seguida, informou que o MDS foi premiado por ter
307 cumprido, antes do previsto, dentro das metas do Ministério, na questão da
308 desnutrição infantil, uma das metas dos Objetivos do Milênio. Observando que esse
309 alcance não foi visto em outras áreas do Governo ou frações da população. O
310 Conselheiro enfatizou a importância de se construir, institucionalizar e introjetar o
311 tema de SAN nos diversos setores. Para isso Governo Federal, pessoas e setores
312 vinculados ao tema estão engajados organicamente criando de fato, no âmbito do
313 Governo Federal, um conjunto de áreas que têm agenda de Segurança Alimentar e
314 Nutricional, que cada vez mais estão sendo geridas dentro da CAISAN. Para concluir
315 sua fala, o palestrante tratou o Plano de SAN como um grande desafio do MDS, por
316 tudo dentro dele ser considerado prioridade. Assim, o Conselheiro vê a necessidade
317 de se estabelecer uma agenda prioritária melhor definida. Para isso é necessário um
318 diálogo com o CONSEA no intuito de priorizar um conjunto de ações no curto e médio
319 prazo. A partir dessa agenda, se dirigir aos Estados e Municípios, informando da
320 constituição da mesma, e se disponibilizando para ajudar a cumpri-la. Em seguida às
321 falas dos palestrantes, passou-se à manifestação da Plenária, conforme o Item 2.7.
322 Debate e encaminhamentos. Momento em que os falantes apresentaram
323 questionamentos e propostas. Dentre as tais, mencionou-se a necessidade de uma
324 visão mais de conjunto da construção do Sistema de SAN e interação com os demais
325 órgãos, assim como colocar as ações da Sociedade Civil no Plano de SAN. De outra
326 monta, a CAISAN Nacional pensar uma forma de atingir os povos e comunidade
327 tradicionais e estabelecer critérios para o monitoramento das ações. Em outra
328 manifestação, foi mencionada a importância do CONSEA e dos caminhos indicados
329 como soluções das dificuldades apresentadas. Uma fala dos povos indígenas foi no
330 sentido de que eles se sentem excluídos da garantia de Segurança Alimentar e
331 Nutricional no Governo Federal. Seguiu-se então tantas outras exposições a respeito
332 dos diversos temas abordados nas apresentações. Ao término das manifestações da
333 Plenária, a palavra retornou à Mesa para as conclusões finais dos palestrantes, antes,
334 no entanto, a Presidente do CONSEA, Maria Emília, fez um resumo dos pontos
335 levantados pelos que se manifestaram, como: i) Fazer chegar o SISAN aos
336 Municípios, assim como aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, e
337 quais estratégias usar para que isso aconteça; ii) Como fazer o controle social, com
338 que recursos e de onde vêm esses recursos; iii) Questionamentos sobre a proposta
339 de Agricultura Urbana e periurbana; iv) As propostas apresentadas foram: a) A CAISAN
340 incorporar o monitoramento das políticas do Brasil no plano internacional, dando

341 atenção ao papel do Brasil na África e aos riscos de desterritorialização daquela
342 região; b) O reconhecimento da importância dos pactos federativos em um contexto
343 distinto da construção de outros sistemas; c) Dar continuidade à luta por um marco
344 regulatório para as organizações sociais; d) Instituição de ouvidorias; e) Metas
345 intermediárias; f) Avançar na proposta de políticas específicas no âmbito da
346 construção do Sistema, na interação com Políticas em relação aos povos indígenas e
347 outros povos e comunidades tradicionais. Para isso foi feito um apelo para que a
348 CAISAN avance e trabalhe também nessa questão. g) O CONSEA se apropriar
349 melhor de todo o conteúdo aqui trabalhado, reflexões e propostas, e consiga fazer um
350 plano de trabalho interno para avançar mais; h) Haver um esforço para identificar
351 dinâmicas específicas nos municípios para a construção do SISAN; i) Sugestão para
352 que o Estado do Ceará socialize com os outros CONSEAs a maneira como vem
353 fazendo o monitoramento do PAA; j) Sugestão para que o CONSEA trate, em suas
354 Plenárias, a questão do acesso aos recursos genéticos e direitos dos agricultores,
355 povos e comunidades tradicionais. A proposta é para esse assunto ser tratado na
356 Plenária de agosto de 2013; l) Discutir o impacto da energia eólica em Plenária do
357 CONSEA. A palavra retornou à Mesa, quando voltaram a se manifestar: 1) Senhor
358 Arnaldo Anacleto de Campos fez uso novamente da palavra e anunciou o lançamento
359 do Plano Safra do Semi-Árido, em Salvador-BA. Reconheceu que esse momento de
360 diálogo com Plenária foi muito rico e de aprendizados necessários para a melhorias e
361 aperfeiçoamentos dos planos de trabalho e execução das políticas públicas. O
362 Conselheiro esclareceu que a prioridade para a CAISAN neste momento é o diálogo
363 com os Estados, por não ter ele a capacidade de dialogar com a base municipal
364 ainda. Assim como a importância de construir agendas com os grandes sistemas, por
365 ter estes capilaridade, recursos, estruturas, funcionalidades que o SISAN não tem.
366 Quanto à pauta dos povos e comunidades tradicionais, o Conselheiro reconheceu que
367 é precária e é um desafio a ser enfrentado. E informou que tal tema passou para o
368 Gabinete da Secretaria para ser diretamente dialogando com o Secretário, da mesma
369 forma que está sendo tratado pela Ministra e interagindo com as diversas áreas,
370 levando-se em conta as diversas especificidades das comunidades. Quanto aos
371 marcos legais, o Conselheiro salientou que também não têm solução única.
372 Customizar a política pública é a melhor coisa a fazer, pois cada política tem seu
373 próprio marco legal. Para concluir, o palestrante falou que a pauta do SISAN é muito
374 mais ampla que a da Secretaria, e esta não tem como trazer todos os temas do
375 SISAN para si, e nunca vai conseguir fazê-lo, e nem é sua pretensão. Nesse tema,
376 foram considerados os municípios que recebem o PAA, mas que não têm
377 equipamentos, assim não têm condições de acondicionar e preparar os alimentos. A
378 CAISAN do Estado, interagindo com o CONSEA, dentro do rito que existe, vai propor
379 ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA o financiamento dos equipamentos
380 para os devidos espaços: restaurantes comunitários, creches e pré-escolas. O
381 palestrante se pôs à disposição para os setores representados no CONSEA que
382 queiram fazer um diálogo direto com o MDA. Em seguida, Maria Emília informou que o
383 CONSEA já assumiu o compromisso de dar continuidade ao debate sobre uma
384 proposta de marco legal de uma política de agricultura urbana e periurbana, um
385 compromisso vindo das Conferências. A Presidente do CONSEA declarou que gostou
386 muito de ouvir a reflexão sobre customização da política pública e do marco legal para
387 cada programa, o que para ela é uma inspiração para tratar da questão de isonomia
388 no PAA. 2) Elza Maria Franco Braga finalizou sua apresentação esclarecendo que a
389 experiência do PAA pode ser pautada na reunião dos Presidentes de CONSEAs, por

390 ser uma experiência interessante que está em processo de construção, mas que tem
391 uma incidência para dentro e fora do CONSEA. Com relação aos povos e
392 comunidades tradicionais, a Conselheira sugeriu a possibilidade de ser trabalhada
393 uma agenda mínima de prioridades, ao invés de ficar qualificando indígenas,
394 quilombolas e negros. Outra questão apresentada seria estudar uma forma de os
395 Fóruns Estaduais de Segurança Alimentar darem um suporte maior para a relação
396 Governo e Sociedade Civil nos Estados. 3) Norma Sueli Marques da Costa Alberto
397 agradeceu a menção à CPCE, para a qual foram apontadas várias demandas. A
398 Conselheira informou que algumas pautas mencionadas na Plenária serão tratadas
399 nas próximas reuniões da Comissão de Presidentes, como é o caso da questão da
400 agricultura urbana e das novas resoluções de PNAE e PAA e a apresentação da
401 experiência do Ceará. 4) Regina Praciano esclareceu, quanto à questão da Secretaria
402 Executiva e Secretaria da CAISAN e do Conselho, que elas têm estruturas bem
403 diferenciadas e a vinculação entre elas é a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento
404 Social. Falou que a formação da Secretaria Executiva do Conselho é composta por
405 três Câmaras Temáticas, que têm como dificuldade a qualificação técnica e a falta de
406 assessoria de comunicação. Disse também que a Secretaria Executiva da CAISAN é
407 um suporte ao Plano Estadual, que está sendo construído e vinculado à Secretaria.
408 Com relação à exigibilidade, falou que a Célula de Segurança Alimentar e Nutricional
409 do Estado do Ceará está em processo de construção, e que o Plano Estadual tem um
410 capítulo voltado para o monitoramento, e este vem trabalhando a exigibilidade e os
411 indicadores. 5) Marília Mendonça Leão esclareceu que as pessoas entrevistadas
412 reconhecem o SISAN como um sistema que garante um direito importante: a
413 alimentação adequada. A Conselheira sugeriu que CONSEA e CAISAN sejam
414 priorizados e reforçados enquanto locus de participação social. Para finalizar sua fala,
415 Marília Leão falou que esta vai ser a última contribuição da ABRANDH, enquanto
416 instituição, ao CONSEA, por estarem sendo finalizadas suas funções. Por isso, a
417 Conselheira sugeriu a leitura do livro que consolida todo o conteúdo do curso
418 realizado pela ONG. A Conselheira reconheceu a importância do CONSEA para a
419 ABRANDH. Em seguida, Valéria Torres Amaral Burity, Coordenadora da Secretaria
420 Executiva do CONSEA Nacional se pronunciou a respeito do SISAN, dizendo que este
421 está tratando de programas que já existem nos Municípios e Estados, mas,
422 infelizmente com problemas e fragmentações ou ausências de ações para os povos
423 indígenas. Segundo ela, o SISAN só vai dialogar com a Política se o Conselho
424 imprimir um olhar para os problemas existentes e garantir um diálogo com a gestão do
425 Sistema. Para isso, é importante pensar em uma melhor metodologia de trabalho das
426 Comissões e Grupos de Trabalho. Valéria informou que à tarde será feita a leitura do
427 PL de Financiamento, já discutido pela CP1, CPCE e CAISAN. Por fim, a Presidente
428 do CONSEA, Maria Emília, prestou solidariedade, em nome do CONSEA, à Ação
429 Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, e sugeriu uma moção de reconhecimento
430 pelo importantíssimo trabalho realizado pela Ação Brasileira, e se comprometeu em
431 empenhar-se pelo renascimento da ABRANDH. Interrompeu-se os trabalhos para
432 cumprimento do horário de almoço. Retornou-se aos trabalhos, na parte da tarde com
433 a Composição da 2ª Mesa: José de Ribamar de Araújo e Silva, da Ação da Cidadania
434 contra a Fome, a Miséria e pela Vida; Daniel Carvalho de Souza, Ação da Cidadania
435 contra a Fome, a Miséria e pela Vida; Gorete, Gari estudante universitária; Ivan Mayer
436 de Aquino, Comitê da Ação da Cidadania do Distrito Federal; Eduardo Mayer de
437 Aquino, Comitê da Cidadania da Câmara Federal; Diógenes Santos, Comitê da
438 Cidadania da Câmara Federal. Foi chamado a tratamento o Item 4. Celebração do 20º

439 Aniversário da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Maria Emília
440 Lisboa Pacheco, após apresentar os componentes da Mesa, falou da importância da
441 Campanha Contra a Fome, lançada em um contexto político brasileiro importante,
442 recolocando a questão da fome naquele momento e politizando a agenda brasileira
443 sobre o tema. Em seguida, prestou homenagem a Herbert José de Sousa. Logo após,
444 fez a leitura de um telegrama do pastor Silas Vieira, da Ação da Cidadania do Espírito
445 Santo, ex-Conselheiro do CONSEA, onde homenageava a iniciativa de o CONSEA
446 celebrar os 20 anos da Ação da Cidadania, um movimento organizado e tão bem
447 liderado por Betinho e que deu origem ao primeiro CONSEA, em 1993, no Governo de
448 Itamar Franco. Também Dom Mauro Morelli enviou suas congratulações ao Conselho
449 pela iniciativa da comemoração. Em seguida, o Conselheiro José de Ribamar de
450 Araújo e Silva, para dar início à celebração, apresentou um vídeo lembrando a origem
451 da campanha da Ação da Cidadania. Daniel de Souza, Coordenador da Ação da
452 Cidadania, por sua vez, iniciou sua fala lembrando-se do início da ONG, momento em
453 que existiam basicamente dois instrumentos de comunicação: Telefone e Fax, com os
454 quais mobilizou-se o Brasil inteiro. Segundo o palestrante o vídeo retrata uma situação
455 que não mais existe, graças ao Presidente Lula, que no seu discurso de posse
456 colocou como principal meta de seu Governo que cada brasileiro tivesse pelo menos
457 três refeições por dia, projeto que sempre foi meta da Ação da Cidadania.
458 Reconheceu que nesses 20 anos, o Brasil mudou, mas ainda existe fome, no entanto,
459 em escala menor e pontual. Ao longo desses 20 anos, a Ação tem se reinventado, e
460 hoje está em 17 Estados, bastante atuantes e de forma descentralizada, ou seja, cada
461 região sabe seus problemas e age de forma diferenciada, a exemplo do Rio de
462 Janeiro, que tem trabalhado a questão da capacitação e formação de jovens. O
463 palestrante falou da alegria de estar a Ação da Cidadania celebrando 20 anos, e
464 informou que em breve será lançado um livro sobre esse tempo, e quando completar
465 21 anos, será lançado um documentário contando toda a história da Ação. O orador
466 apresentou os planos da Ação da Cidadania para o futuro, que é trabalhar com
467 formação de jovens e atuar em projetos dentro da área social dos Direitos Humanos.
468 E com isso conseguir fazer com que os Comitês da Ação da Cidadania continuem a
469 se multiplicar e crescer, e cada um atuando de forma descentralizada com autonomia,
470 em função de um País melhor. A palavra retornou ao Conselheiro José de Ribamar de
471 Araújo e Silva para este fazer a leitura de uma carta onde contém frases e temas
472 escritos pelos diversos Comitês da Ação da Cidadania espalhados pelo Brasil, na sua
473 maioria associados a Josué de Castro e Betinho. A carta também menciona os
474 avanços da Ação da Cidadania, que ao celebrar seus 20 anos revisita os diagnósticos
475 das causas estruturais da fome numa breve síntese da primeira Conferência Nacional
476 de Segurança Alimentar e Nutricional. O Documento faz renovar o apelo contido na
477 Carta da Terra, assinada por Herbert de Sousa, que na época foi dirigida aos
478 Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e agora dirigida à
479 Presidenta Dilma Rousseff, aos Governadores(as) de Estado, ao Congresso Nacional,
480 Parlamentares e Judiciário das diferentes esferas do Brasil. O Conselheiro seguiu
481 fazendo a leitura na íntegra da Carta da Terra, cujo teor salienta o surgimento da vida
482 a partir da Terra, mas que sofre por ser bem de poucos o que deveria ser de todos, e
483 apelando para que a Presidenta Dilma execute uma reforma, e que Governadores(as)
484 participem dessa mudança, em que a sociedade seja o verdadeiro ator de uma nova
485 peça que mudará a face da Terra. O Conselheiro homenageou nominalmente pessoas
486 que ajudaram a construir a Ação da Cidadania e a Política do Direito Humano à
487 Alimentação Adequada. Em seguida, Senhora Gorete falou das lutas enfrentadas por

488 ela como gari, assim como das lutas enfrentadas pela Ação da Cidadania, e cantou
489 uma música, parodiando Luiz Gonzaga, na qual homenageia os 20 anos de trajetória
490 da Ação. O Conselheiro José de Ribamar, com a ajuda de Gorete, entregou uma
491 homenagem, feita por ela, ao Coordenador Nacional da Ação da Cidadania, Daniel de
492 Souza. Em seguida, foi entregue uma homenagem à professora Elza Maria Franco
493 Braga. A próxima a ser homenageada foi a professora Christiane Gasparini Araújo
494 Costa. Em seguida, a professora Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade, Gleyse
495 Maria Couto Peiter, Professor Renato Maluf, Aldenora Pereira Silva, Dulce Terezinha
496 Oliveira da Cunha, e por fim, Maria Emília Pacheco, em nome de todo o CONSEA
497 Nacional; e Ivan Mayer de Aquino, representando o Comitê da Ação da Cidadania do
498 Distrito Federal. O Senhor Ivan Mayer, por sua vez, entregou à Coordenação da Mesa
499 um livro que, de acordo com ele, apresenta a trajetória de Herbert de Sousa e toda a
500 sua família. Foi solicitado que o livro seja encaminhado ao Ministro Gilberto Carvalho,
501 Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, bem como um
502 Certificado da Campanha do Um Trilhão de Árvores. Também foi passado à Mesa um
503 número de conta bancária do SOS Seca Brasil, com o intuito de arrecadar fundos para
504 beneficiar pessoas que sofrem com uma das piores secas dos últimos 50 anos.
505 Também foram distribuídas sementes de Jacarandá do Cerrado. Eduardo Mayer de
506 Aquino, irmão de José Ivan e filho de uma família de sete irmãos naturais e outros
507 tantos adotivos, declarou que Deus deu a vida, Jesus Cristo deu o exemplo de servir e
508 Betinho deu a oportunidade de servir ao próximo. Em seguida foi apresentado um
509 vídeo motivando a elaboração de uma Medida Provisória. O Conselheiro José de
510 Ribamar finalizou esta parte da Sessão saudando a senhora Luzianira, também
511 representante do Comitê de Cidadania, em Paço do Lumiar - Maranhão, e
512 agradecendo a todos ao tempo em que os convocou para mais 20 de 200 anos da luta
513 da Ação da Cidadania que ainda virão. Michele Lessa, da Câmara Interministerial de
514 Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN compôs a Mesa em substituição ao
515 Secretário Arnaldo Anacleto de Campos. Deu-se continuidade aos trabalhos com a
516 apresentação do Item 5. Leitura e Aprovação da Exposição de Motivos sobre
517 Agrotóxico – Sílvia do Amaral Rigon – Representante da Comissão Permanente de
518 Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável (CP3), cujo
519 Documento tratou dos resultados da Mesa de Controvérsias sobre Agrotóxicos.
520 Seguiu-se a leitura do Documento direcionado à Presidenta da República, Dilma
521 Rousseff, onde consta que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
522 - CONSEA, reunido em Plenária, no dia 19 de junho de 2013, discutiu e aprovou o
523 encaminhamento das propostas resultantes dos debates ocorridos durante a Mesa de
524 Controvérsias sobre Agrotóxicos, que foi realizada em Brasília, nos dias 20 e 21 de
525 setembro de 2012. A atividade contou com a participação de especialistas,
526 pesquisadores(as), representantes de Governo e Sociedade Civil. O objetivo do
527 evento foi estimular o Governo Brasileiro a adotar iniciativas concretas de curto, médio
528 e longo prazo para a redução do uso dos agrotóxicos no Brasil. Após a leitura do
529 texto, a Plenária se manifestou para apresentar considerações, após as quais, o
530 documento foi aprovado com alterações e observações dos falantes. Maria Emília
531 Pacheco fez um resumo dos pontos observados neste Item de pauta, sendo: i) Excluir
532 o Item 3; ii) Incluir referência a produtos processados; iii) Incluir no título da página 9,
533 Educação, Pesquisa e Capacitação Profissional; iv) Dar destaque ao papel das
534 Universidades e Institutos nas pesquisas sobre agrotóxicos; v) Criar penalidades para
535 os responsáveis pela contaminação por agrotóxicos e por transgênicos de sistemas
536 agroecológicos, inclusive com o ressarcimento financeiro aos atingidos pela

537 contaminação; vi) Incluir o termo 'processados' na rotulagem dos produtos; vii) Fazer
538 um parágrafo endossando as propostas contidas no Plano de Agroecologia; viii)
539 Excluir o que já tiver contemplado no Plano de Agroecologia; ix) Referir a terra urbana,
540 rural e territórios. Com as devidas alterações, a Exposição de Motivos foi aprovada
541 por unanimidade. Em seguida, Sílvia do Amaral Rigon fez a leitura de uma Nota de
542 Repúdio do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, por entender
543 como ilegais a iniciativa unilateral do Ministério da Agricultura, Pecuária e
544 Abastecimento em autorizar a importação e o uso de agrotóxico formulado à base de
545 Benzoato de Emamectina, como também a iniciativa do Governo do Estado da Bahia
546 em autorizar o uso do referido produto em seu território, porque são contrárias ao
547 conjunto de normas referidas no texto e põem em risco a saúde das pessoas e o meio
548 ambiente, com potencial de danos irreversíveis ou de difícil reparação. Assim o Fórum
549 entende que devem ser envidados todos os esforços na busca de outras soluções
550 existentes e rejeita radicalmente a alternativa ilegal praticada, chamando a atenção
551 das responsabilidades por todos e quaisquer danos, inclusive os que venham surgir
552 em longo prazo à saúde dos trabalhadores, à população e ao meio ambiente. Em
553 seguida, o próximo a ser tratado foi o Item 6. Leitura e Aprovação do Roteiro de
554 Orientação para os Encontros Estaduais/Distrital Preparatórios para a 4ª Conferência
555 Nacional de Segurança Alimentar + 2 – Gleyse Peiter, Conselheira Nacional
556 integrante da Comissão Organizadora da 4ª CNSAN+2. O Documento não foi lido em
557 Plenária, pois o mesmo já havia sido distribuído a todos e lido individualmente, no
558 entanto, foi informado pela Presidente do CONSEA, Maria Emília, que o assunto em
559 questão foi tratado pelas CPCE e CP1, onde discutiram e aprovaram um roteiro de
560 orientação para os Encontros Estaduais, que vão preceder a realização da 4ª
561 Conferência + 2. Maria Emília informou que no processo de preparação e realização
562 das Conferências Nacionais tem sido adotada sistematicamente uma proposta de cota
563 para garantir a participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e
564 população negra. Mas como se trata de um encontro de tamanho menor, com apenas
565 seis representantes por Estado, não será adotada cota por Estado. Por isso foi feito o
566 apelo para que os Estados tenham o compromisso político com essas
567 representações. Não serão definidos números, como habitualmente é feito, mas há a
568 indicação de uma quantidade de 29 convidados a serem indicados pela CP5 e CP6,
569 que devem ser assegurados para representantes dos movimentos de povos indígenas
570 e povos e comunidades tradicionais. A seguir, foi tratado o Item 7. Aprovação de
571 propostas de Exposições de Motivos e/ou Recomendações das Comissões
572 Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Presidentes(as) dos
573 CONSEAs Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias,
574 começando a exposição: 1) Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de
575 Segurança Alimentar Nutricional – Sílvia do Amaral Rigon informou que na reunião da
576 Comissão discutiu-se sobre a Política de Agricultura Urbana, com o MDS reiterando a
577 importância dessa política e se comprometendo com a continuidade do processo e
578 dizendo que o assunto não deve ficar restrito ao âmbito do Ministério, mas sim ser um
579 tema de todos os Ministérios relacionados à questão da agricultura urbana. Assim,
580 fez-se a proposta de criação de um Comitê Técnico, na CAISAN, para debater o
581 processo de construção da Política Nacional de Agricultura Urbana. A ideia é haver
582 um diálogo entre esse Comitê Técnico e o Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana
583 criado pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, criado em seu 5º
584 Encontro Nacional. A Conselheira registrou a importância da Sociedade Civil em todo
585 esse processo. Em seguida, Sílvia Rigon informou que o Fundo Nacional de

586 Desenvolvimento da Educação - FNDE comunicou a aprovação da Resolução
587 25/2013, uma revisão da Resolução 38, que regulamentava a Lei 11.947, que institui a
588 compra de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar. Na reunião da
589 CP3 também foi levantada a preocupação em relação há algumas modificações que
590 ocorreram em relação à operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos -
591 PAA, sobretudo na compra com doação simultânea para o ano de 2014. 2) Comissão
592 Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de
593 Desenvolvimento - Renato Sérgio Jamil Maluf informou que a Comissão tem vários
594 encaminhamentos, mas serão levados diretamente à Mesa Diretiva, dentre os tais: i)
595 Proposta para que o CONSEA incorpore na sua agenda a questão das perdas e
596 desperdícios de alimentos; ii) O CONSEA viabilize uma reunião aberta, em novembro
597 de 2013, para se discutir a atuação internacional do Brasil; iii) Em nome do Grupo de
598 Trabalho de Pesquisa, Renato Maluf informou que a Consulta Pública sobre a agenda
599 está no ar e está sendo trabalhado um cronograma para se fazer um grande evento
600 sobre pesquisas na linha de construir a entidade. O evento deverá acontecer em abril
601 de 2014. Em seguida, foi feita a leitura de uma Moção de Reconhecimento e Aplauso
602 do CONSEA aos trabalhos realizados pela ABRANDH, nos seus dez anos de profícua
603 existência e pela sua importante expressão e inserção como entidade na condução
604 social da soberania e segurança alimentar e nutricional e ao direito humano à
605 alimentação no Brasil e no mundo; pela realização de cursos de capacitação que
606 promoveu e pela participação dos seus membros nos mais diversos movimentos e
607 espaços sociais. A Moção também expressou o lamento pelo encerramento das
608 atividades de uma organização com esse perfil e relevância, ao mesmo tempo em que
609 lançou-se mais um alerta dos riscos colocados para o debate público e a própria
610 democracia brasileira, quando entidades autônomas e promotoras da cidadania se
611 vejam obrigadas a encerrar suas atividades por falta de suporte público. O Documento
612 foi aprovado por unanimidade pela Plenária. 3) Comissão Permanente 1 -
613 Regulamentação e Institucionalização do SISAN - Elza Maria Franco Braga fez a
614 leitura do texto de uma proposta de recomendação de Projeto de Lei, que dispõe
615 sobre o financiamento das ações de Apoio à Implementação, Organização, Gestão,
616 Controle Social e Manutenção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
617 Nutricional – SISAN e de programas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e
618 Nutricional, onde a União transferirá recursos para Estados, Distrito Federal e
619 Municípios, de forma automática e regular, mediante depósito em conta específica
620 mantida em instituição financeira federal, sem necessidade de convênios, ajustes,
621 acordos ou contratos, na forma da referida Lei, e observado o disposto na Lei nº 11.
622 346, de 15 de setembro de 2006 e demais regulamentos para cofinanciar. A
623 recomendação será enviada à CAISAN e à Frente Parlamentar pela Segurança
624 Alimentar e Nutricional. Marília Mendonça Leão fez uso da palavra para agradecer a
625 aprovação da Moção. Em seguida falou que o mencionado Projeto de Lei demonstra
626 um avanço, no entanto, alerta que ele é um tanto genérico, e por isso os Estados
627 realmente precisam trabalhar nos Planos de SAN. A Conselheira recomendou um
628 acordo político no Congresso Nacional para aprovação do PL. Sônia Lúcia Lucena
629 Sousa de Andrade concordou em parte com o que Marília Leão falou, mas considerou
630 ser muita antecipado o PL, por não haver um plano definido nos Estados e Municípios.
631 Em seguida, Maria Emília lembrou que quando saiu o Decreto nº 7.272, de 25 de
632 agosto de 2010, o CONSEA já tinha uma proposta de um Projeto de Lei, que naquele
633 momento já traria uma proposição em relação às formas de financiamento, mas que
634 não foram tratadas no Decreto 7.272. Então, o que está se tentando é recuperar esse

635 tempo histórico e tratar do tema agora. Em seguida, Michele Lessa esclareceu que
636 houve todo um debate envolvendo a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de
637 Contas da União em relação a ser um Fundo a Fundo ou não. Na época, a CAISAN
638 montou um Grupo de Trabalho para tratar do assunto. E a conclusão que se tirou foi
639 que não necessariamente precisaria ser um Fundo a Fundo, porque a Lei de Fundos é
640 para grandes negócios, e a maioria dos recursos para Segurança Alimentar está nos
641 Ministérios. Então, para se chegar a essa proposta, passou-se por um processo de
642 lapidação e debate muito grande para se chegar a um repasse automático, sem a
643 necessidade de convênios ou contratos. Michele salientou que gostaria que o erro
644 cometido fosse pelo PL sair rápido, ainda sem a adesão dos Municípios, mas acredita
645 que o Projeto vai demorar de três a cinco anos tramitando no Congresso Nacional. O
646 apelo feito foi para não adiar um avanço no financiamento do SISAN. Após discussão
647 sobre o assunto, Maria Emília sugeriu que o tema continuasse a ser tratado por todas
648 as Comissões Permanentes, e na próxima Plenária do CONSEA, em agosto de 2013,
649 o assunto voltasse à pauta. O encaminhamento foi aprovado pela Plenária. 4)
650 Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades
651 Tradicionais - Edgar Aparecido de Moura propôs que o CONSEA solicite uma agenda
652 com a Presidenta Dilma para tratar de assuntos que envolvam populações negras e
653 povos e comunidades tradicionais. Para esclarecimentos sobre os projetos que
654 envolvem Brasil e África, a Comissão sugeriu que o CONSEA convide a Embrapa e o
655 Ministério das Relações Internacionais para uma apresentação sobre o modelo
656 exportador das empresas produtoras brasileiras em solo africano. O Conselheiro
657 informou que essa solicitação também partiu da Sociedade Civil africana, que se
658 manifesta contrariamente à posição e colocação do Brasil naquele País, envolvendo
659 empresas que lá estão trabalhando e outras questões. O orador concluiu sua fala
660 agradecendo o trabalho realizado pela ABRANDH, e a convidou a discutir uma
661 possível participação ou consultoria no Estado de São Paulo junto à Frente
662 Parlamentar de Segurança Alimentar daquele Estado. Informou que os Agentes de
663 Pastoral Negros do Brasil, junto com a Frente Parlamentar, homenageará os dez anos
664 do CONSEA, em Sessão Solene, na Assembléia Legislativa de São Paulo, no dia 25
665 de outubro de 2013, quando também será homenageada a Ação da Cidadania, pelos
666 seus 20 anos de existência. Para participar do evento, foi convidada a Presidente do
667 CONSEA, Maria Emília, que confirmou sua presença no evento, e informou que a
668 Mesa Diretiva tratará do tema Brasil/África. O Conselheiro José de Ribamar de Araújo
669 e Silva complementou a fala da Comissão, propondo, sobre a questão da cooperação
670 Brasil/África, que o assunto seja tratado também nas Conferências Municipais,
671 Estaduais e Nacional do Meio Ambiente. 5) Comissão Permanente 4 - Direito Humano
672 à Alimentação Adequada - Aldenora Pereira Silva apresentou os encaminhamentos da
673 CP4 e CP5: i) Pautar a realização da missão sobre as violações de Direito Humano à
674 Alimentação Adequada da Comunidade Cigana Calon de Sousa, através da Comissão
675 Especial de Violação dos Direitos Humanos à Alimentação, na qual o CONSEA tem
676 assento; ii) O CONSEA encaminhar à Secretaria de Políticas de Promoção da
677 Igualdade Racial - SEPPIR e ao Ministério Público proposta de realização de um
678 diagnóstico socioeconômico e situação de SAN e Direito Humano à Alimentação
679 Adequada dessa comunidade; iii) O CONSEA incluir a participação da Comissão de
680 Comunidades Tradicionais do MDS e Ministério Público Federal na CP4 e CP5; iv) A
681 CP5 ficou encarregada de incluir as Comunidades Ciganas de todo o Brasil no
682 Cadastro Único; v) A CP5 solicitará da SEPPIR um diálogo com a Secretaria de
683 Igualdade Racial e Secretaria de Cultura da Paraíba com a Comunidade Cigana; vi) A

684 CP4 refletiu que é necessário motivar mais a Semana Mundial da Alimentação, e
685 apresentar alguma proposta sobre o assunto na reunião de agosto. As propostas que
686 envolvem as Comunidades Ciganas foram acolhidas pelo Plenário. 6) Comissão
687 Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Antônio R.
688 D. da Costa informou que foi discutido na reunião da Comissão um diagnóstico para
689 ser apresentado à Mesa Diretiva e em sequência à Plenária de agosto. Assim, o
690 Conselheiro passou a ler uma série de argumentos a serem tratados pelo CONSEA,
691 dentre elas, dar ao Ministério da Justiça informações verdadeiras sobre os povos
692 indígenas e sobre a necessidade de fortalecer a Fundação Nacional do Índio – FUNAI
693 com financiamentos de publicações e divulgação dos trabalhos da CP6 e das políticas
694 indigenistas e povos tradicionais. Uma proposta apresentada foi que a Plenária de
695 agosto trate da PEC 215 e PEC 37. O Conselheiro seguiu apresentando várias ações
696 realizadas na reunião da Comissão, dentre elas o convite à Secretaria Geral da
697 Presidência da República, *Tribunal de Contas da União* -TCU e *Controladoria-Geral*
698 *da União* - CGU para compor a CP6. Também como deliberações da CP6 foi definida
699 uma comitiva para visitar os Povos Guarani Kaiowá. 7) Comissão Permanente 7 -
700 Consumo, Educação e Nutrição - Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade informou que
701 a Comissão já começou a trabalhar no tema de consumo, nutrição e educação, que
702 está pautado para a Plenária de outubro. E como o eixo orientador do tema, foi
703 escolhido o Guia Alimentar da População Brasileira. Para tanto, foram convidados
704 representantes da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da
705 Saúde e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Será reivindicada a
706 questão da publicidade e outros temas importantes como abastecimento e
707 acessibilidade. Pelo fato de a Plenária estar esvaziada, as demais informações sobre
708 os trabalhos da CP serão contextualizados e enviados aos Conselheiros. 8) Grupo de
709 Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero - Olga informou que a
710 Conselheira Elza Braga já apresentou uma síntese dos trabalhos do GT na Mesa de
711 Construção do SISAN, inclusive falando das reflexões e recomendações ao CONSEA.
712 A Conselheira Olga chamou atenção que para se posicionar a questão de gênero
713 dentro do CONSEA é um desafio político bastante interessante. O trabalho do GT de
714 Gênero expressa um exercício de síntese feito a partir do Plano Nacional de
715 Segurança Alimentar e Nutricional e dos resultados da 4º Conferência Nacional de
716 Segurança Alimentar, onde expressa diretrizes, metas e objetivos que tenham alguma
717 relação com gênero. O assunto não se esgotou, e o GT assumiu o compromisso de
718 discuti-lo até a realização da 4º Conferência Nacional de Segurança Nutricional + 2,
719 propondo, para tanto, a realização de uma atividade integradora, onde também serão
720 tratados os resultados da Conferência de Política para Mulheres, assim como a
721 realização de um Seminário sobre Segurança Alimentar e Gênero, que deverá
722 acontecer em 2014. A Conselheira informou que o GT de Gênero e a CP6 estão
723 realizando um Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional,
724 previsto para acontecer nos dias 22, 23 e 24 de outubro, onde participarão 100
725 mulheres indígenas. A Conselheira manifestou sua solidariedade, respeito e
726 reconhecimento ao importante trabalho da ABRANDH. A proposta da atividade
727 integradora ficará para ser analisada mais adiante. 9) GT Indicadores - Elza Maria
728 Franco Braga informou que o GT deliberou pela elaboração de um conjunto de
729 folders/livretos sobre os indicadores de monitoramento e dimensões de SAN. A
730 solicitação é que está proposta do folders seja socializada na próxima Plenária do
731 CONSEA, e distribuído na 4º Conferência +2. A Conselheira concluiu sua fala
732 noticiando o falecimento de Sandra Magalhães, fundadora do Banco Palmas. Os

733 livretos serão preparados e distribuídos na 4º Conferência + 2. 10) Comissão dos
734 Presidentes dos CONSEAs Estaduais - Norma Sueli Marques da Costa Alberto
735 informou que a proposta da CPCE é integrar-se à Comissão de Consumo e inserir a
736 pauta do banco de leite como equipamento de SAN. Informou também que já foi
737 proposto para a próxima reunião o tema da agricultura urbana, que oportunamente
738 será socializado com a Mesa Diretiva e apresentada uma proposta de componentes
739 da Mesa a serem convidados. 11) Michele Lessa fez uso da palavra para agradecer
740 por ter sido esta uma Plenária que tanto tratou do SISAN, e informou que o material
741 da ABRANDH, que trata da formação sobre o direito humano alimentação adequada e
742 SISAN, será distribuído por meio eletrônico. Com relação ao GT de Agricultura
743 Urbana, Michelle informou que o assunto já foi deliberado na Plenária anterior, e que a
744 CAISAN está em tratativas com alguns Ministérios, dentre eles o Ministério das
745 Cidades, para montar um grupo mínimo intersetorial para tratar dessa agenda. Em
746 relação à preocupação com a doação simultânea, Sívio Porto, já esclareceu que a
747 questão de passar direto da cooperativa e ter que confirmar que fez o depósito para o
748 agricultor é mais uma questão de prestação de contas perante os órgãos de controle,
749 mas a orientação de Governo é fortalecer cooperativas. Maria Emília complementou a
750 informação de que o Grupo de Trabalho sobre a Agricultura Urbana, no CONSEA,
751 realizará uma reunião conjunta do Grupo de Trabalho do CONSEA com o Grupo de
752 Trabalho criado pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e
753 Nutricional, com a presença do MDS e Ministério das Cidades. Também será
754 disponibilizado um novo *site* do CONSEA, na tentativa de melhorar a forma de os
755 documentos serem encontrados. A solicitação, no entanto, foi para que na próxima
756 Plenária seja disponibilizado um tempo para uma apresentação melhor do portal. Para
757 finalizar a Sessão, Maria Emília, Presidente do CONSEA, informou que o Conselho
758 encaminhará à Mesa Diretiva, e esta encaminhará *ad referendum* ao Ministério da
759 Justiça uma recomendação para que este proteja, garanta e promova os direitos
760 territoriais e patrimoniais dos povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul.
761 Também, o CONSEA recebeu da Articulação Nacional de Agroecologia uma moção
762 em defesa do PAA como mecanismo de promoção da agrobiodiversidade e do direito
763 dos agricultores. O Documento será replicado a todos os Conselheiros(as). Sem mais
764 a ser tratado, a Presidente do CONSEA, Maria Emília Lisboa Pacheco deu por
765 encerrada a reunião, agradecendo a presença e disponibilidade de todos, e desejando
766 um retorno em paz para suas casas.
767